Ensino de redação na escola - a prática de ensino de português no Brasil

Angela Medeiros de Assis Brasil

Mesa-redonda: Ensino de redação na escola - a prática de ensino de português no Brasil

Debatedores: Profª Angela Medeiros de Assis Brasil, mestranda em Letras (UFSM) e professora de ensino médio público estadual; e Profª Me. Tânia Maria Moreira, doutoranda em Letras (UFSM) e professora de ensino profissionalizante público estadual.

Mediador: Prof.Dr. Paulo Coimbra Guedes (UFRGS)

Data: 23/09/2009

Horário: 8h30min

Local: Escola Estadual de Ensino Médio Maria Rocha – Santa Maria, RS

1 Considerando-se os primeiros dez anos após a elaboração dos PCN de Língua Portuguesa, quais são os principais avanços no ensino do Português no Brasil?

Os PCN (e, mais tarde, os PCNEM, PCN+ e OCN) são motivo de muita discussão no meio educacional no Brasil. A discussão é gerada não apenas por ser uma proposta curricular que se insere nas políticas de conhecimento oficial, com base em princípios de mercado, mas também porque, em seus princípios de organização curricular permanece uma orientação que desconsidera o entendimento do currículo como política cultural e reduz seus princípios à inserção social e ao atendimento às demandas do mercado de trabalho (LOPES, 2002, p.396). As tarefas da escola vão além das aspirações de preparar para o trabalho, embora ela contribua para essa tarefa, logo, se o objetivo desses documentos é orientar os currículos para formar também para a cidadania, o ensino médio deve atualizar os alunos histórica, social e tecnologicamente. Isso implica a preparação para o bem viver, dotando o aluno de um saber crítico sobre o trabalho alienado (DOMINGUES, TOSCHI & OLIVEIRA, 2000, p.68).

Segundo Domingues, Toschi & Oliveira (2000, p.65), a literatura tem demonstrado que geralmente as reformas não decorrem de necessidades nacionais coletivas. Os professores têm sido tomados como recursos nas propostas e não como agentes, mesmo quando supostamente ouvidos no processo de elaboração. Esses fatores levam, muitas vezes, a falta de engajamento dos professores nas novas propostas.

Conforme Lopes (2002, p.388), o discurso formado pelos documentos oficiais é capaz de regular a produção, distribuição, reprodução, inter-relação e mudança dos textos pedagógicos legítimos, suas relações sociais de transmissão e aquisição e a organização de seus contextos.

Dessa forma, os principais avanços trazidos por esses documentos ao ensino de Português no Brasil, parecem estar na demonstração da relevância dos estudos sobre a produção de sentido em práticas orais e escritas de uso da linguagem em diferentes instâncias sociais, apontando a importância de se abordarem as situações de interação considerando-se as formas pelas quais se dão a produção, a recepção e a circulação de sentidos (BRASIL, 2006, p.19). Assim, muda-se o foco do ensino da educação linguística que passa a ser o funcionamento da língua em práticas sociais situadas, em gêneros discursivos, como afirma Motta-Roth (2009).

Os professores em formação também estão recebendo influências significativas em sua forma de percepção da relevância da produção escrita. O trabalho de produção de gêneros discursivos acadêmicos tem acompanhado os alunos desde o início de sua formação, o que não acontecia com professores formados antes da elaboração desses documentos.

A escola também mudou. A universalização do acesso à educação pública no ensino fundamental, e hoje no médio e superior, tem impacto sobre os letramentos escolares. Entretanto, muitos dos letramentos que são influentes e valorizados na vida cotidiana das pessoas e que têm ampla circulação são ignorados pela escola, como também as redes sociais e informais que sustentam essas práticas (ROJO, 2009, p.106). Esse fato não deveria acontecer, pois para Rojo (2009. p.107), um dos principais objetivos da escola é possibilitar que seus alunos possam participar das várias práticas sociais que se utilizam da leitura e da escrita na vida da cidade, de maneira ética, crítica e democrática.

2 Apesar dos avanços, quais são os obstáculos que ainda dificultam a prática de ensino do Português no Brasil?

Há muitos obstáculos que dificultam a prática de ensino. Mesmo com os documentos oficiais (PCNEM, PCN+, OCN) delineando um caminho para a solução de problemas estruturais, estamos numa situação em que os segmentos da comunidade escolar não reconhecem seus papéis e uma vez que a educação é um sistema, as falhas individuais se transformam em fracassos coletivos.

Os pais, de maneira geral, não participam mais da educação nem da vida escolar de seus filhos. Embora devam ser considerados os aspectos econômicos, sociais e culturais em que se encontra a população, em especial no meu contexto, na cidade de São Gabriel, região da Campanha, onde o desemprego e os baixos salários são comuns, onde não há salas de cinema nem teatro e há apenas uma livraria, a função de educar fica totalmente a cargo dos professores.

Os alunos, de modo geral, não veem na escola o que almejam. Parece haver uma grande diferença entre o que se aprende na escola e a realidade do contexto extraescolar.

Estudos sobre o ensino do Português, especificamente sobre a produção de texto no contexto brasileiro, segundo Reinaldo (2004, p. 97), demonstram que a tradição escolar de avaliação de texto escrito se fundamenta apenas em critérios ortográficos e gramaticais, sem qualquer articulação com as condições de produção do texto objeto de avaliação. Como consequência dessa prática, temos a promoção dos alunos pela capacidade de escrever redações gramaticalmente corretas e não pela competência de produzir textos coesos e coerentes.

Na minha prática de ensino de produção textual em escola de ensino médio, percebo a resistência da maioria dos alunos que chegam para a 1ª série em relação à produção de texto, relatando que têm dificuldade em encontrar uso para as produções textuais que realizaram. Os professores parecem contribuir para esse pensamento no momento em que trabalham em sala de aula apenas as modalidades retóricas (narração, descrição e dissertação) e proporcionam aos seus alunos uma produção de texto somente para fins de avaliação (nota), geralmente não havendo contextualização na proposta de produção textual.

Esse contexto pode ser percebido por meio da análise dos dados de uma pesquisa realizada no início deste ano com uma turma de alunos de 1ª série da rede pública estadual na cidade de São Gabriel, RS . Pela análise, percebemos que, dos 31 alunos que responderam ao questionário, 30 participantes (96%) entendem que a escrita é importante para comunicação e para práticas sociais cotidianas. Os alunos citam essas práticas sociais relacionadas ao seu cotidiano, nomeando os gêneros discursivos relativos a essas práticas, como, por exemplo, o uso de internet (MSN), demonstrando que essa prática é mais relevante no seu cotidiano, o que foi confirmado nas entrevistas, quando os alunos relataram que ficam de 1 a 4 horas por dia no MSN. Entretanto, somente um aluno cita a escrita desenvolvida no contexto escolar. Ao apagamento da referência a essa prática de escrita escolar pela maioria dos alunos subjaz que a escrita, como tradicionalmente é trabalhada na escola (redação escolar), não tem relevância para os alunos. Nas escolas de ensino fundamental, especificamente nessas de onde esses alunos são oriundos, a escrita é utilizada basicamente para cópia, percebendo-se que não são valorizadas práticas de inserção social por meio do texto escrito que poderiam ser mais exploradas pela escola.

Os professores estão sobrecarregados, pois têm acumulado os papéis que seriam de pais, orientadores e até psicólogos, de cuja formação não dispõem, além de sua função docente. Os professores da rede pública no RS, por sua vez, enfrentam, ainda, os baixos salários, a enturmação, o excesso de alunos por turma, a necessidade de trabalhar 60 h (devido à defasagem salarial), o que, definitivamente, não permite que ele almeje participar de cursos de formação continuada ou sequer de reuniões pedagógicas na escola. Essa falta de atualização pedagógica faz com que esse professor tenha dificuldade em fazer escolhas apropriadas ao nível de ensino em que atua e em seguir uma linha teórica para subsidiar a sua prática.

Aos professores de Português ainda cabe toda a responsabilidade das atividades de leitura, interpretação de textos e escrita de sua escola, sendo responsabilizados pelo desempenho de seus alunos nessas atividades também nas demais disciplinas escolares. No entanto, conforme Buin (2006, p. 95), docentes das demais disciplinas, tanto do ensino básico quanto do ensino superior, têm o texto como recurso fundamental. Para o autor, não há como dissociar as outras disciplinas

das atividades de interpretação de texto e nem mesmo culpar exclusivamente o professor de língua materna por dificuldades nesse âmbito, pois propor produções escritas, diagnosticar a qualidade dos textos dos alunos ou avaliar o grau de conhecimento por meio de uma produção escrita é atividade integrante de qualquer disciplina.

Na pesquisa realizada numa escola de ensino médio, já citada, a quase totalidade dos alunos (27) respondeu, no questionário escrito, que o texto escrito nunca foi impedimento para alcançar objetivos em suas vidas. Mas, quando perguntados se já estiveram frente a uma real necessidade de mostrar suas habilidades relativas ao texto, demonstraram que não vivenciaram esta realidade. Dessa forma, deduz-se que, como não vivenciaram situações em que tivessem sido discriminados ou prejudicados pela falta desse conhecimento, não identificam as práticas sociais que só estão disponíveis a quem possui o conhecimento da cultura letrada. Somente poucos alunos reconhecem o desconhecimento de competências específicas que permitem ao aluno interferir na vida diária, fora de seu contexto escolar.

Não há como retomar a aprendizagem que o professor que está em serviço deveria ter para dar conta das necessidades que a sociedade atual demanda. Podemos contar com a formação continuada, mas se a formação básica do professor foi precária em relação à produção escrita significativa, torna-se mais difícil essa tarefa. Um professor que não vivenciou a sua própria dificuldade na produção de textos, sente dificuldade em ensiná-la a seus alunos. Os textos produzidos somente para a avaliação, essa forma vazia de significado para a produção textual, apesar da valorização dos gêneros discursivos pelos documentos oficiais, ainda persiste nas escolas, levando ao desestímulo até mesmo do aluno que gosta de escrever.

Cabe ao professor assumir o papel de valorizar a importância do texto escrito como meio de inserção do aluno na sociedade. A escola não pode esperar que os alunos comecem a ler no âmbito familiar, porque nem sempre têm a sua disposição livros, revistas ou jornais diários. É função da escola dar esse estímulo à ação de ler e escrever, para, de alguma forma transformar esses lares em ambientes culturalmente ricos e esses alunos terem acesso à participação na sociedade letrada em que vivemos.

3 Qual a importância das pesquisas desenvolvidas nas universidades sobre o processo de ensino-aprendizagem de línguas para a superação dos obstáculos que ainda dificultam a prática de ensino do Português no Brasil?

As pesquisas desenvolvidas nas universidades são de extrema importância para a superação dos obstáculos citados, entretanto o conhecimento produzido nas universidades precisa chegar aos professores de educação básica. É necessária a constituição de uma parceria entre escola e universidade com vistas à superação conjunta de problemas estruturais e de formação docente.

As Orientações Curriculares para o Ensino Médio (BRASIL, 2006, p.24), quando abordam "que os conhecimentos são elaborados, sempre, por formas de linguagem, sendo fruto de ações intersubjetivas, geradas em atividades coletivas, pelas quais as ações dos sujeitos são reguladas por outros sujeitos." demonstram a importância da construção coletiva do conhecimento.

A universidade precisa trazer os professores de educação básica para uma discussão das questões que afetam diretamente a escola, unindo a teoria à prática pedagógica. É claro que, muitas vezes, a universidade tenta cumprir esse papel, mas é impedido pelos gestores da educação, principalmente os responsáveis pela rede escolar pública do RS, que pouco ou nenhum valor tem dado à qualificação profissional do professor.

Também há a questão da acomodação de alguns professores ao seu estado atual. Essa inércia pode ser justificada, em parte, pela situação de desrespeito em que se encontra essa profissão, não só pelos baixos salários, mas também pela desvalorização da carreira de magistério. Nesse sentido, a universidade pode ser uma aliada do professor, proporcionando sua participação em grupos de estudo, o que fará com que ele descubra, no universo acadêmico, a possibilidade de refletir sobre sua prática para poder renová-la.

Nesse contexto, torna-se imprescindível a popularização da ciência na área da linguagem, como forma de difundir o conhecimento produzido pelos pesquisadores, atingindo a população e modificando suas práticas sociais.

Referências

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. **Linguagens, códigos e suas tecnologias**: orientações curriculares para o Ensino médio. v. 1. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, p. 2006.

BRASIL. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: língua portuguesa. Brasília: Ministério da Educação. 1997. Disponível em: http://mecsrv04.mec.gov.br/sef/estrut2/pcn/pdf/livro02.pdf.

BRASIL/SEMTEC. **PCN + ensino médio**: orientações educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Linguagens, códigos e suas tecnologias. Brasília: MEC/SEMTEC, 2002.

BUIN, E. O impacto do bilhete do professor na construção do sentido do texto do aluno. In: SIGNORINI, I. (Org.) **Gêneros catalisadores**: letramento e formação do professor. São Paulo: Parábola, 2006.

DOMINGUES, J. L.; TOSCHI, N. S.; OLIVEIRA, J. F. de. **A reforma do Ensino Médio: A nova formulação curricular e a realidade da escola pública**. Educação e sociedade. v. 21, n. 70, Campinas, abr. 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/es/v21n70/a05v2170.pdf

LOPES, A. C. Os parâmetros curriculares nacionais para o ensino médio e submissão ao mundo produtivo: o caso do conceito de contextualização. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 80, setembro/2002, p. 386-400. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/es/v23n80/12938.pdf

MOTTA-ROTH, D. **Línguas e literaturas**: diversidade e adversidade na América Latina. In: II CIELLA - CONGRESSO INTERNACIONAL DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS E LITERÁRIOS NA AMAZÔNIA. Belém, 06, 07 e 08 de abril de 2009.

REINALDO, M. A. G. de. Como professores em formação continuada mobilizam saberes sobre escrita e avaliação de texto. **Revista Brasileira de Lingüística Aplicada**, v. 4, n. 2, 2004.

ROJO, R. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social**. São Paulo: Parábola editorial, 2009.